

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2016

Exercício



FUNDAÇÃO



Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício encerrado em 31.12.2016

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		60.808	374.834
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	23.907	97.311
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5	18.645	251.652
Outros Créditos	6	18.255	25.869
Despesas Antecipadas		1	2
NÃO CIRCULANTE		284.909	4.433
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5	283.325	--
Outros Créditos		--	2.299
Imobilizado de Uso	7	1.334	1.710
Intangível	8	250	424
TOTAL DO ATIVO		345.717	379.267
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		49.233	64.223
Liberações, Repasses e Pagamentos a Efetuar		1.140	1.896
Projetos sociais contratados	9	657	1.132
Obrigações a pagar	10	483	764
Recursos de Convênios	11.b	46.969	62.161
Recursos Doados Condicionais		829	--
Outras Obrigações		12	35
Passivo Contingente	12	283	131
NÃO CIRCULANTE		57.087	56.535
Obrigações Legais	13	57.082	53.638
Recursos de Convênios	11.b	--	2.883
Outras Obrigações		5	14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		239.397	258.509
Patrimônio Social	14	239.397	258.509
Fundo patrimonial		141.250	136.742
Fundo de liquidez		--	13.674
Superávits acumulados		98.147	108.093
TOTAL DO PASSIVO		345.717	379.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Em milhares de Reais	
	Nota	Exerc/2016	Exerc/2015
RECEITAS OPERACIONAIS		154.236	190.201
Receitas de Doações e Contribuições	15	77.220	82.641
Receitas de Doações Condicionais	15	145	--
Resultado Financeiro	16	41.429	44.426
Receitas Financeiras Recursos Próprios		39.202	54.180
Receitas Financeiras Recursos de Terceiros		4.859	6.763
Despesas Financeiras Fundos de Investimento Exclusivos		(2.632)	(16.517)
Receitas de Recuperação de Exercícios Anteriores	17	10.794	10.253
Receitas de Recuperação de Despesas de Convênios	18	24.648	45.629
Receita com Bens Não de Uso Doados	25	--	4.562
Outras Receitas Operacionais		--	2.690
DESPESAS OPERACIONAIS		(173.424)	(170.419)
Despesas com Investimento Social	20	(109.229)	(104.110)
Recursos próprios		(84.581)	(58.481)
Recursos de terceiros		(24.648)	(45.629)
Despesas com Pessoal	21	(35.317)	(31.910)
Despesas Administrativas	22	(6.912)	(6.697)
Despesas com Comunicação Institucional	22	(2.635)	(3.799)
Despesas Tributárias	23	(13.707)	(12.567)
Despesas com Anulação de Receitas Financeiras	24	(4.956)	(6.763)
Despesas com Bens Não de Uso Doados	25	--	(4.562)
Outras Despesas Operacionais	26	(668)	(11)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(19.188)	19.782

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Em milhares de Reais	
	Exerc/2016	Exerc/2015
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(19.188)	19.782
Outros resultados abrangentes	--	--
Efeitos dos impostos sobre resultados abrangentes	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(19.188)	19.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em milhares de Reais

	Exerc/2016	Exerc/2015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Superávit (Déficit) do exercício	(19.188)	19.782
Ajustes ao Superávit (Déficit)	761	416
Depreciações/Amortizações	609	732
Reforço (Reversão) das despesas com provisões cíveis e trabalhistas	152	(316)
Superávit (Déficit) ajustado	(18.427)	20.198
Variações Patrimoniais	165.795	(24.777)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	170.395	12.122
(Aumento) Redução em derivativos - mercados futuros	--	(6)
(Aumento) Redução em outros créditos	7.614	(18.774)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	1	(2)
(Aumento) Redução em valores a receber de convenientes	2.299	(2.299)
Aumento (Redução) em projetos sociais contratados	(475)	(672)
Aumento (Redução) em obrigações a pagar	(281)	(14)
Aumento (Redução) em recursos de convênios	(18.075)	(18.067)
Aumento (Redução) em recursos doados condicionais	829	--
Aumento (Redução) em outras obrigações	(32)	(40)
Aumento (Redução) em obrigações legais	3.444	2.975
Outros Ajustes	76	--
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	147.368	(4.579)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros mantidos até o vencimento	(220.713)	20.952
(Aquisição) Baixa em imobilizado de uso	(9)	(164)
(Aquisição) Baixa em intangível	(50)	(221)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(220.772)	20.567
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(73.404)	15.988
Início do período	97.311	81.323
Fim do período	23.907	97.311
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(73.404)	15.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais

EVENTOS	Nota	Fundo Patrimonial	Superávit/(Déficit) Acumulado	Fundo de Liquidez	Total
Saldos em 31.12.2014		121.145	105.468	12.114	238.727
Superávit (Déficit) do exercício		--	19.782	--	19.782
Transferência - Fundo Patrimonial		13.188	(13.188)	--	--
Transferência - Fundo de Liquidez		2.409	(1.319)	(1.090)	--
Recomposição - Fundo de Liquidez		--	(2.650)	2.650	--
Saldos em 31.12.2015	14	136.742	108.093	13.674	258.509
Mutações do Período		15.597	2.625	1.560	19.782
Saldos em 31.12.2015		136.742	108.093	13.674	258.509
Superávit (Déficit) do exercício		--	(19.188)	--	(19.188)
Superávit (Déficit) Acumulado		(9.166)	76	--	(9.090)
Transferência - Fundo Patrimonial		--	9.166	(13.674)	(4.508)
Transferência - Fundo de Liquidez		13.674	--	--	13.674
Saldos em 31.12.2016	14	141.250	98.147	--	239.397
Mutações do Período		4.508	(9.946)	(13.674)	(19.112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E SUAS OPERAÇÕES

A Fundação Banco do Brasil (Fundação), pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A. e está localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 1, Bloco A, 77, salas 901,902,1001,1002,1801 e 1802, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos de educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais.

Os montantes destinados a essas ações são oriundos de recursos próprios e de terceiros. Os recursos próprios se originam dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, de doações e de contribuições do instituidor Banco do Brasil S.A. e de outras pessoas jurídicas, e de doações de pessoas físicas. Os recursos de terceiros provêm de convênios e acordos de cooperação técnica e financeira firmados com órgãos da administração pública federal e instituições privadas.

Na destinação de recursos por campo de atuação, a Fundação observa as diretrizes constantes de seu planejamento estratégico, elaborado a cada período de três anos e aprovado pelo Conselho Curador.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais Normas Brasileiras de Contabilidade.

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos instrumentos financeiros, a provisão para outros créditos, a depreciação dos bens do ativo imobilizado, a amortização do ativo intangível e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Diretoria conforme artigo 11 inciso XVI do Estatuto da Fundação e foram aprovadas pelo Conselho Curador na reunião ordinária do dia 27.03.2017.

b) Consolidação de Fundos de Investimento Exclusivos

Em consonância com suas estratégias de negócios, a Fundação possui fundos de investimentos exclusivos, os quais são consolidados nas demonstrações contábeis (Fundo BB Milênio 16, CNPJ 03.752.446/0001-60, e BB Fundação 30 - Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, CNPJ 24.117.267/0001-21), administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM). Os títulos e investimentos mantidos por meio desses fundos são registrados nas rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento. Os ativos, passivos e resultados registrados por meio dos fundos de investimento exclusivos, consolidados nestas demonstrações contábeis, estão representados conforme a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício encerrado em 31.12.2016

Quadro Resumo dos Ativos e Passivos do Fundo BB Milênio 16		R\$ mil	
Aplicações - Especificação	31.12.2016	31.12.2015	
Caixa e equivalentes de caixa	3.038	85.102	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos - Mensurados a valor justo por meio de resultado	112.177	251.652	
Títulos públicos federais dados em garantia	9.276	7.461	
Letras financeiras do Tesouro	51.094	97.031	
Letras do Tesouro Nacional	--	55.284	
Letras financeiras privadas	51.807	81.257	
Certificados de depósitos bancários	--	10.613	
Mercados futuros - ajustes diários	--	6	
Outros créditos	--	2	
Despesas antecipadas	1	--	
Total do ativo	115.216	336.756	
Origens - Especificação	31.12.2016	31.12.2015	
Valores a pagar	9	12	
Patrimônio líquido	115.207	336.744	
Total do passivo e do patrimônio líquido	115.216	336.756	

Quadro Resumo dos Resultados do Fundo BB Milênio 16		R\$ mil	
Composição de resultado do exercício	Exerc/2016	Exerc/2015	
Rendas de títulos de renda fixa	18.063	40.784	
Rendas de aplicações em operações compromissadas	5.641	10.038	
Marcação a mercado	2.357	--	
Rendas de operações com derivativos	513	9.167	
Despesas Financeiras Fundo BB Milênio	(2.615)	(16.517)	
Despesas administrativas	(268)	(432)	
Resultado do exercício	23.691	43.040	





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício encerrado em 31.12.2016

Quadro Resumo dos Ativos e Passivos do Fundo BB Fundação 30		R\$ mil	
Aplicações - Especificação	31.12.2016	31.12.2015	
Caixa e equivalentes de caixa	8.070	--	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Mensurados a valor justo por meio de resultado	68	--	
Títulos públicos federais	68	--	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Mantidos até o vencimento	189.725	--	
Títulos públicos federais	189.725	--	
Despesas Antecipadas	1	--	
Total do ativo	197.864	--	
Origens - Especificação	31.12.2016	31.12.2015	
Valores a pagar	3	--	
Patrimônio líquido	197.861	--	
Total do passivo e do patrimônio líquido	197.864	--	

Quadro Resumo dos Resultados do Fundo BB Fundação 30		R\$ mil	
Composição de resultado do exercício	Exerc/2016	Exerc/2015	
Rendas de títulos de renda fixa	15.996	--	
Rendas de aplicações em operações compromissadas	655	--	
Marcação a mercado	17	--	
Despesas financeiras fundo BB Fundação 30	(17)	--	
Despesas administrativas	(194)	--	
Resultado do exercício	16.457	--	

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela Fundação são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As Receitas de Doações e Contribuições são apropriadas na data do ingresso dos recursos. Registra as doações e contribuições de recursos recebidos do instituidor Banco do Brasil S.A., e as demais doações e contribuições recebidas, caracterizadas como recursos próprios, para aplicação em programas e projetos sociais, bem como em despesas de custeio e de investimentos da Fundação (Nota 15).

As Receitas Financeiras são apropriadas mensalmente de acordo com o rendimento bruto auferido pelas aplicações financeiras de recursos próprios e de terceiros, inclusive resultados com títulos e valores mobiliários (Nota 16). As receitas financeiras com recursos de terceiros são anuladas pela constituição das despesas com convênios, não impactando o resultado da Fundação (Nota 16).



As Receitas de Recuperação de Despesas com Projetos Sociais – Recursos de Terceiros são apropriadas simultaneamente à ocorrência de despesas com projeto social apoiado com recursos de terceiros e têm por objetivo anular o gasto incorrido, uma vez que a Fundação é mera administradora dos valores entregues, não auferindo qualquer renda derivada desses recursos (Nota 18).

As Despesas com Investimento Social são registradas com a entrada das notas fiscais e recibos enviados pelas entidades executoras dos projetos, mediante assinatura de termo de convênio, que por sua vez, exige prestação de contas de cada parcela financeira liberada (Nota 20).

As Despesas de Comunicação Institucional são registradas com a realização das ações institucionais de comunicação publicitária, comunicação promocional e de mobilização social.

As Despesas Tributárias são registradas mediante a provisão para imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, bem como os juros e a multa de mora (Nota 23).

As Despesas com anulação de receitas financeiras de recursos de terceiros são constituídas para anular, do resultado da Fundação, o efeito da receita proveniente das aplicações financeiras com recursos de terceiros (Nota 24).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, sujeitas a insignificante risco de mudança de valor justo (Nota 4).

c) Instrumentos Financeiros e Derivativos

A classificação dos instrumentos financeiros considera a finalidade para a qual os mesmos foram contratados ou adquiridos. Os instrumentos financeiros são classificados nas categorias, abaixo relacionadas:

Mensurados ao Valor Justo Por Meio do Resultado – são ativos e passivos mantidos para negociação ativa e frequente, ou que são derivativos (exceto instrumento de *hedge* de fluxo de caixa definido como efetivo). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado nas rubricas de receitas e despesas financeiras, por regime de competência (Nota 5.a).

As aplicações de liquidez imediata da Fundação são mensuradas a valor justo por meio de resultado, registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Mantidos até o Vencimento – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a entidade tenha a intenção positiva e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento e que são mensurados pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (Nota 5.b).

Empréstimos e Recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não seja cotado em mercado ativo, que a entidade não tenha a intenção de vender no curto prazo, que não foram classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou disponíveis para venda e cujo detentor pode recuperar substancialmente o seu investimento inicial, salvo pela deterioração do crédito.

Disponíveis para Venda – são aqueles instrumentos que não são classificados nas categorias descritas acima e que em momento oportuno a entidade possui a intenção de negociá-los. São valorizados pelo seu valor justo de contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

d) Outros Créditos

Em outros créditos, são registrados os adiantamentos de recursos para execução de projetos sociais, cujas prestações de contas são feitas nos prazos pactuados nos convênios de cooperação financeira, além de valores a receber vinculados a acordos firmados e depósitos judiciais e extrajudiciais (Nota 6).

e) Imobilizado

Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (imparidade) acumuladas (Nota 7).

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Item	Prazo
Obras Artísticas, Musicais, Literárias e Similares e Terrenos	Indeterminado
Equipamentos de Uso, Sistemas de Controle de Acesso, Sistemas de Prevenção de Acidentes, Equipamentos de Computação, Equipamentos de Suporte Força, Benfeitorias em Imóveis de Terceiros e <i>Software</i> – Direito de Uso	5 anos
Móveis e Utensílios e Instalações	10 anos
Edificações e Benfeitorias	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual dos bens foram revisados em 31.12.2016, não havendo diferença em relação a 2015.

f) Intangível

Corresponde aos investimentos realizados no desenvolvimento e na implantação de ferramentas de informática (*software*), de acordo com as necessidades da Fundação, de forma permanente, com vistas a sua adequação às novas tecnologias e necessidades operacionais. Está demonstrado pelo custo incorrido, líquido de amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, considerando vida útil estimada de cinco anos (Nota 8).

g) Obrigações por Liberações, Repasses e Pagamentos a Efetuar

Referem-se ao montante devido aos conveniados, cujo valor do convênio foi aprovado pela Fundação para liberação e o documento fiscal já foi registrado na contabilidade e aguarda pela sua liquidação (Nota 9), bem como pagamentos e recolhimentos diversos, a serem efetuados (Nota 10). Está registrado pela exigibilidade corrente na data do balanço.

h) Obrigações a Pagar

São registrados os valores relativos aos ressarcimentos de despesas administrativas e de comunicação institucional, devidos ao Banco do Brasil S.A., bem como os pagamentos a serem efetuados a fornecedores e prestadores de serviços e valores de tributos a serem recolhidos (Nota 10).

i) Recursos de Convênios

Registram os valores dos recursos aportados por força de convênios e acordos firmados com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Petrobras, que ainda não foram comprometidos com projetos sociais, discriminadamente por instrumento firmado, bem como os valores já comprometidos, mas ainda não desembolsados. O enquadramento em curto e longo prazos expressa os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado.

j) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, a Fundação avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Fundação estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, a Fundação elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos, alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução CFC n.º 2014/NBCTG 25 (R1), de 01.12.2014.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Imunidade Tributária

A Fundação possui imunidade tributária, de acordo com o Art. 150, VI, c, da Constituição Federal.

m) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Fundação é o Real (R\$).

n) Gerenciamento de Riscos

A Administração da FBB adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil. Os instrumentos financeiros da Fundação encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelos saldos de aplicações financeiras, outros créditos, contas a pagar, encargos a recolher e outras obrigações.

A Fundação BB não apresenta exposição a risco de crédito.

Os riscos advindos do uso de instrumentos financeiros estão relacionados a:

Risco de mercado: é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas à atualização de passivos financeiros. A Fundação Banco do Brasil adota o perfil conservador, não atuando no mercado futuro, de derivativos, acionário, câmbio, e com itens referenciados em moeda diferente do Real. A Diretoria Executiva é responsável pela execução e acompanhamento da gestão dos investimentos, observando as melhores práticas de gestão de recursos e de prudência na assunção de riscos, bem como a Política de Investimentos estabelecida pelo Conselho Curador. Todos os recursos são aplicados, exclusivamente, em poupança ou fundos de renda fixa de alta liquidez e baixa volatilidade, estes administrados pela BB DTVM.

Risco de liquidez: representa o risco da organização encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher e outras obrigações. A FBB garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura da entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O objetivo da entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. A área de Controles Internos aplica testes de verificação de conformidade objetivando identificar os riscos envolvidos nos processos da Fundação BB para antever problemas e descobrir oportunidades de aprimoramento. Semestralmente é apresentado relatório informativo com descrição de eventuais fragilidades, sendo que, na medida em que são constatadas não conformidades, as áreas são acionadas para regularização tempestiva.

o) Pronunciamentos recentemente emitidos ainda não adotados

Novos pronunciamentos, revisões e interpretações aprovados pelo CPC ainda não adotados pela entidade podem alterar as regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação estabelecidas pelos pronunciamentos contábeis já aplicados pela entidade.

Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Em dezembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou o Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), aprovado pelo CFC por meio da NBC TG 48, cuja finalidade é de substituir o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38). Esse pronunciamento estabelece princípios para que os relatórios dos ativos e passivos financeiros apresentem informações aos usuários das demonstrações contábeis que possibilitem a avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. Essa norma entra em vigor na data de sua publicação, aplicada aos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, conforme definição do CFC.

O CPC 48 altera o modelo de mensuração para ativos financeiros e institui duas categorias de mensuração principais: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios adotado pela entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Quanto aos requerimentos de mensuração e classificação de passivos financeiros, o efeito mais significativo diz respeito à contabilização de variações no valor justo de um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A variação no valor justo dos referidos passivos atribuída a mudanças no risco de crédito passa a ser reconhecida em Outros Resultados Abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos de tais mudanças resulte em descasamento contábil do resultado, ou o aumento.

A FBB iniciou a avaliação dos impactos da adoção dessa norma.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e depósitos bancários	639	577
Caderneta de poupança	12.029	10.444
Aplicações de liquidez imediata	11.239	1.190
Operações compromissadas	--	85.100
TOTAL	23.907	97.311
Ativo Circulante	23.907	97.311

Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

a) Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

a.1) Instrumentos Financeiros não Derivativos

	R\$ mil		
	Custo	Valor de Mercado	
	Atualizado	31.12.2016	31.12.2015
Letras financeiras do Tesouro	51.215	51.162	97.031
Letras financeiras privadas	51.807	51.807	--
Títulos públicos federais dados em garantia	9.286	9.276	62.745
Certificados de Depósitos Bancários	--	--	10.613
TOTAL	112.308	112.245	170.389
Ativo Circulante		18.645	170.389
Ativo não Circulante		93.600	--

Com relação ao total a valor de mercado R\$ 112.245 mil (R\$ 170.389 mil em 31.12.2015), R\$ 88.409 mil são aplicações com recursos próprios e R\$ 23.836 mil com recursos de terceiros.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31.12.2016 e 31.12.2015, o Fundo Exclusivo BB Milênio possuía os seguintes valores em aberto no mercado de instrumentos financeiros derivativos:

R\$ mil

	31.12.2016		31.12.2015	
	Ajuste a pagar	Valores dos contratos	Ajustes a pagar	Valores dos contratos
Contratos Futuros - Posição Vendida				
Índice DI - Vencimentos de jan/16 a jul/17	--	--	6	62.674
TOTAL	--	--	6	62.674
Ativo Circulante	--		6	

Em 31.12.2016, parte dos títulos públicos federais, no montante de R\$ 9.276 mil, (R\$ 7.461 mil em 31.12.2015), encontrava-se depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores S.A."). O resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 1.441 mil no exercício 2015.

b) Mantidos até o Vencimento

R\$ mil

	Valor de mercado	Custo Atualizado	
		31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras	189.725	189.725	81.257
TOTAL	189.725	189.725	81.257
Ativo Circulante		--	81.257
Ativo não Circulante		189.725	--

6 - OUTROS CRÉDITOS

R\$ mil

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos de recursos		5.845	13.161
Valores a receber		12.143	14.928
Acordo BNDES Terraforte 2013	11.a	12.034	12.519
Valores a receber de convenentes - não circulante		--	2.299
Outros		109	2.409
Depósitos judiciais/extrajudiciais	12.d	267	79
TOTAL		18.255	28.168
Ativo Circulante		18.255	25.869
Ativo não Circulante		--	2.299

7 - IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil					
	Saldo 31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação do período	Depreciação Acumulada	Saldo 31.12.2016
Edificações	2.799	--	--	(112)	(2.303)	496
Terrenos	260	--	--	--	--	260
Sistemas de processamento de dados	4.084	11	(1)	(208)	(3.852)	242
Obras artísticas	110	--	--	--	--	110
Móveis e utensílios	625	3	(4)	(31)	(501)	123
Benfeitorias	390	--	--	(16)	(317)	73
Benfeitorias em imóveis de terceiros	703	--	--	--	(703)	--
Outros	854	4	(4)	(18)	(740)	114
TOTAL	9.825	18	(9)	(385)	(8.416)	1.418
Ativo não Circulante	9.825	18	(9)	(385)	(8.416)	1.418

8 - INTANGÍVEL

	R\$ mil					
	Saldo 31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização do período	Depreciação Acumulada	Saldo 31.12.2016
Desenvolvimento e implantação de softwares	3.244	50	--	(224)	(3.044)	250
TOTAL	3.244	50	--	(224)	(3.044)	250
Ativo não Circulante	3.244	50	--	(224)	(3.044)	250

9 - PROJETOS SOCIAIS CONTRATADOS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Projetos sociais contratados - Recursos Próprios	612	815
Projetos sociais contratados - Recursos de Terceiros	45	317
TOTAL	657	1.132
Passivo Circulante	657	1.132

10 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores	450	701
Tributos a recolher	33	52
Outros	--	11
TOTAL	483	764
Passivo Circulante	483	764

11 - RECURSOS DE CONVÊNIOS

a) Composição dos Ativos

		R\$ mil				
	Nota	Outros Créditos	Depósitos e Aplicações	Adiantamentos em Projetos	Total em 31.12.2016	Total em 31.12.2015
Acordo Petrobras		--	--	--	--	1.460
Acordo BNDES Catadores		--	--	--	--	1.417
Acordo BNDES PTAC 2009		--	2.059	175	2.234	3.966
Acordo BNDES PTAC 2010		--	1.386	120	1.506	2.787
Acordo BNDES PTAC 2011		--	1.701	276	1.975	3.234
Acordo BNDES PTAC 2012		--	3.962	120	4.082	6.228
Acordo BNDES Fundo Amazônia		--	3.593	--	3.593	8.085
Acordo BNDES Água Produção		--	6.054	--	6.054	5.302
Acordo BNDES PTAC 2013 - Fundo Social		--	4.308	96	4.404	9.578
Acordo Terraforte	6	12.034	1.417	--	13.451	14.936
Acordo MTE/SENAES 795775/2013		--	9.731	--	9.731	8.396
TOTAL		12.034	34.211	787	47.030	65.389
Ativo Circulante		12.034				
Ativo não Circulante		--				

b) Composição dos Passivos

R\$ mil

	Recursos de Convênios	Valores a liberar e impostos retidos	Total em 31.12.2016	Recursos de Convênios	Valores a liberar e impostos retidos	Total em 31.12.2015
Acordo Petrobras	--	--	--	1.461	--	1.461
Acordo BNDES Catadores	--	--	--	1.417	--	1.417
Acordo BNDES PTAC 2009	2.234	--	2.234	3.966	--	3.966
Acordo BNDES PTAC 2010	1.502	4	1.506	2.593	195	2.788
Acordo BNDES PTAC 2011	1.965	--	1.965	3.228	4	3.232
Acordo BNDES PTAC 2012	4.082	--	4.082	6.222	5	6.227
Acordo BNDES Fundo Amazônia	3.593	--	3.593	8.071	11	8.084
Acordo BNDES Água Produção	6.054	--	6.054	5.302	--	5.302
Acordo BNDES PTAC 2013 - Fundo Social	4.368	37	4.405	9.465	113	9.580
Acordo Terraforte	1.416	--	1.416	1.935	--	1.935
Acordo Terraforte - Recursos a internalizar	12.034	--	12.034	13.001	--	13.001
Acordo MTE/SENAES 795775/2013	9.721	10	9.731	8.383	14	8.397
TOTAL	46.969	51	47.020	65.044	342	65.386
Passivo Circulante	46.969			62.161		
Passivo não Circulante	--			2.883		

12 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180, de 24.07.2009.

b) Passivos Contingentes Prováveis

Baseado na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Fundação, há contingências passivas com risco de perda considerado provável, na esfera cível e trabalhista, sobre as quais há provisões no montante de R\$ 228 mil e R\$ 55 mil, respectivamente (R\$ 56 mil e R\$ 75 mil em 31.12.2015, respectivamente).

c) Passivos Contingentes Possíveis

As contingências passivas com risco de perda considerado possível apresentam saldo de R\$ 3 mil em 31.12.2016 e, em 31.12.2015, não apresentavam saldo.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

A Fundação possui depósitos judiciais para suportar eventuais perdas com demandas passivas, no valor de R\$ 267 mil (R\$ 79 mil em 31.12.2015 - Nota 6).

13 - OBRIGAÇÕES LEGAIS

	R\$ mil			
	31.12.2015	Adições	Reduções	31.12.2016
Provisão para IRRF - principal	35.871	7.803	(5.913)	37.760
Provisão para IRRF - juros	10.593	4.345	(3.168)	11.770
Provisão para IRRF - multa	7.174	1.560	(1.183)	7.552
TOTAL	53.638	13.708	(10.264)	57.082
Passivo não Circulante	53.638			57.082

14 - PATRIMÔNIO SOCIAL

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Fundo patrimonial	141.250	136.742
Fundo de liquidez ⁽¹⁾	--	13.674
Superávits acumulados	98.147	108.093
TOTAL	239.397	258.509
Patrimônio Líquido	239.397	258.509

(1) No exercício de 2016, houve a extinção do Fundo de Liquidez, conforme decisão do Conselho Curador. O saldo, de R\$ 13.674 mil, foi transferido para o Fundo Patrimonial.

a) FUNDO PATRIMONIAL

Em dezembro de 2015, em decorrência da nova estratégia da Fundação e com o objetivo de aprimorar os critérios de quantificação e gerenciamento do Fundo Patrimonial, a Diretoria Executiva propôs ao Conselho Curador uma nova metodologia de mensuração e gestão do Fundo Patrimonial, incluindo critérios para recomposição e/ou utilização de recursos. A referida metodologia foi aprovada pelo Conselho em 16/12/2015 e implementada no ano de 2016.

De acordo com as regras em vigor, aprovadas pelo Conselho Curador em dezembro de 2011, o Fundo Patrimonial é composto por um saldo mínimo considerado suficiente para suportar determinado período de adversidade na realização de receitas, formando o saldo de segurança.

O Fundo Patrimonial da Fundação é evidenciado contabilmente em subconta específica do grupamento Patrimônio Social, com ajustes periódicos ao saldo total controlado gerencialmente.

b) FUNDO DE LIQUIDEZ

O Fundo de Liquidez foi criado em dezembro de 2013, com valor calculado de 10% do Fundo Patrimonial, exclusivamente para fazer frente aos déficits orçamentários pontuais, decorrentes de sub-realização de receitas ou realização de despesas ou investimentos acima do previsto.

Em 2016, a partir da decisão do Conselho Curador, foi determinada a extinção do Fundo de Liquidez da Fundação Banco do Brasil, até então evidenciado contabilmente em subconta específica do grupamento Patrimônio Social. O saldo da rubrica foi integralmente transferido para o Fundo Patrimonial.

15 - RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Doações e Contribuições	77.220	82.641
Banco do Brasil S.A.	48.342	47.572
Federação Nacional das AABBs - FENABB	24.228	24.170
Brasilcap Capitalização S.A.	3.801	9.301
BB - Gestão de Recursos - BB DTVM	510	476
Outras empresas	329	884
Pessoas físicas	10	--
Exterior	--	238
Doações Condicionais	145	--
TOTAL	77.365	82.641

16 - RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Fundo de Investimento Exclusivo - BB Milênio 16	23.959	43.472
Rendas de títulos de renda fixa	18.063	39.101
Aplicações em operações compromissadas	5.641	10.038
Operações com derivativos	513	9.167
Marcação a mercado TVM	2.357	--
Certificados de depósitos bancários	--	1.306
Debêntures	--	377
Despesas financeiras fundo BB Milênio	(2.615)	(16.517)
Fundo de Investimento Exclusivo - BB Fundação 30 RI RF	16.651	--
Rendas de títulos de renda fixa	15.996	--
Aplicações em operações compromissadas	655	--
Marcação a mercado TVM	17	--
Despesas financeiras fundo BB Fundação 30	(17)	--
Caderneta de poupança	728	708
Fundo de investimento - BB DI Social	89	161
Fundo de investimento - BB CP Supremo Admin	2	85
TOTAL	41.429	44.426

17 - RECEITAS DE RECUPERAÇÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Reversão de provisões - IRRF	10.264	9.592
Reversão de provisão dos processos judiciais	502	320
Recuperação de despesas com investimento social	22	231
Recuperação de despesas com comunicação institucional	5	--
Recuperação de despesas administrativas	1	--
Reversão de provisão para perda por imparidade	--	110
TOTAL	10.794	10.253

18 - RECEITAS DE RECUPERAÇÃO DE DESPESAS COM PROJETOS SOCIAIS – RECURSOS DE TERCEIROS

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Acordo BNDES PTAC 2013 - Fundo Social	6.019	10.344
Acordo BNDES Fundo Amazônia	5.177	2.820
Acordo MTE/SENAES 795775/2013	3.880	1.654
Acordo BNDES PTAC 2012	2.818	3.168
Acordo BNDES PTAC 2009	2.118	1.232
Acordo BNDES Terrafortes 2013	1.625	--
Acordo BNDES PTAC 2011	1.572	1.385
Acordo BNDES PTAC 2010	1.439	1.152
Acordo BNDES Água Produção	--	21.688
Acordo Petrobras	--	2.186
TOTAL	24.648	45.629

19 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Recomposição de recursos do fundo de liquidez	--	2.683
Outras	--	7
TOTAL	--	2.690

20 - DESPESAS COM INVESTIMENTO SOCIAL

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Recursos Próprios	(84.581)	(58.481)
Assistência a comunidades urbano-rurais	(65.843)	(41.819)
Educação	(17.373)	(14.135)
Ciência e tecnologia	(1.365)	(1.638)
Cultura	--	(889)
Recursos de Terceiros	(24.648)	(45.629)
Assistência a comunidades urbano-rurais	(24.648)	(45.629)
TOTAL	(109.229)	(104.110)

21 - DESPESAS COM PESSOAL

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Proventos	(21.537)	(19.316)
Encargos sociais	(9.993)	(9.036)
Benefícios	(3.423)	(3.073)
Treinamento	(244)	(418)
Remoção/cessão de funcionários do BB	(71)	(8)
Relacionamento interno, QVT e outros benefícios	(49)	(59)
TOTAL	(35.317)	(31.910)

22 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Despesas administrativas	(6.912)	(6.697)
Manutenção de imóveis de uso	(2.283)	(2.316)
Processamento de dados	(1.861)	(1.420)
Serviços de terceiros	(811)	(830)
Despesas administrativas de fundos de investimento exclusivos	(462)	(432)
Depreciação	(349)	(375)
Comunicação	(262)	(330)
Amortização	(261)	(357)
Menores aprendizes/estagiários	(161)	(231)
Honorários advocatícios	(145)	--
Viagens a serviço	(98)	(148)
Outras	(219)	(258)
Comunicação institucional	(2.635)	(3.799)
Comunicação institucional	(2.635)	(3.799)
TOTAL	(9.547)	(10.496)

23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Principal	(7.802)	(7.180)
Juros	(4.345)	(3.950)
Multa	(1.560)	(1.437)
TOTAL	(13.707)	(12.567)

A FBB não sofre retenção de imposto de renda sobre aplicações financeiras com base em liminar amparada na Adin n.º 1.802/98, mas constitui provisão.

24 - DESPESAS COM ANULAÇÃO DE RECEITAS FINANCEIRAS – RECURSOS DE TERCEIROS

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Anulação de Receitas Financeiras - Recursos de Terceiros	(4.859)	(6.763)
Acordo BNDES	(4.242)	(5.715)
Convênio MTE SENAES 795775/2013	(555)	(762)
Convênio Petrobras	(62)	(281)
Convênio BID FUMIN	--	(5)
Anulação de Receitas Financeiras - Recursos Condicionais	(97)	--
Recursos Condicionais	(97)	--
TOTAL	(4.956)	(6.763)

25 - RESULTADO DE BENS NÃO DE USO DOADOS

Em 2004 a Fundação firmou convênio com o Ministério do Trabalho para consecução de projetos sociais, denominado MTE/SENAES, que previa a doação dos bens remanescentes para os beneficiários dos projetos.

O Convênio foi encerrado em 2015 e, como consequência, a Fundação registrou em receitas de bens não de uso doados o valor de R\$ 4.562 mil, e como despesas de bens não de uso doados, o mesmo valor.

26 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Provisão para ações judiciais	(654)	(4)
Baixa de bens do permanente	(9)	(2)
Juros de mora/multa	(5)	(2)
Perdas	--	(2)
Exercícios anteriores	--	(1)
TOTAL	(668)	(11)



27 - ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

		R\$ mil	
	Alíquota	Exerc/2016	Exerc/2015
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	9%	--	1.661
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3%	3.581	3.873
TOTAL		3.581	5.534

A Fundação, na condição de pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade de prestação de serviços na área de assistência social, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na forma estabelecida pela Lei 12.101/2009, possui benefício de isenção do pagamento de contribuições.

28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Fundação realiza com seu instituidor Banco do Brasil S.A. e com instituições a ele ligadas, transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), operações com instrumentos financeiros e operações compromissadas. Há, ainda, convênios para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

A Fundação não mantém transações com seus administradores e respectivos familiares, nos termos da Resolução CFC 1.145/08.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas com o instituidor Banco do Brasil S.A. e instituições a ele ligadas são os seguintes:





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício encerrado em 31.12.2016

				R\$ mil	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas	31.12.2016 Total	31.12.2015 Total
Ativos					
Caixa e depósitos bancários	4	639	--	639	577
Operações compromissadas	4	--	--	--	85.100
Instrumentos financeiros para negociação		40.712	--	40.712	159.776
Letras financeiras privadas		40.712	--	40.712	--
Caderneta de poupança	4	12.029	--	12.029	10.444
Aplicações de liquidez imediata		136	--	136	1.190
				R\$ mil	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas	31.12.2016 Total	31.12.2015 Total
Receitas					
Receitas de Doações e Contribuições	15	48.343	4.311	52.654	57.349
Banco do Brasil S.A.		48.343	--	48.343	46.705
Brasilcap Capitalização S.A.		--	3.801	3.801	9.301
BB - Gestão de Recursos - BB DTVM		--	510	510	476
Receitas financeiras		35.746	--	35.746	42.827
Despesas					
Despesas com pessoal		(35.317)	--	(35.317)	(31.910)
Despesas com ressarcimentos ⁽¹⁾		(5.069)	--	(5.069)	(6.252)
Despesas financeiras fundos de investimentos		(2.632)	--	(2.632)	(16.517)
Despesas administrativas fundos de investimentos	22	(462)	--	(462)	(432)

(1) Referem-se a ressarcimentos de despesas administrativas.



29 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A Fundação mantém, desde 10.10.2005, convênio de cessão de pessoal com seu instituidor (Banco do Brasil S.A.). O convênio celebrado prevê a cessão de todo quadro de pessoal da Fundação nos níveis técnico, gerencial, diretivo e outros cargos de confiança.

Os funcionários dos níveis técnico, gerencial e outros cargos de confiança são mantidos sem ônus para o instituidor através de ressarcimento.

O Banco processa a folha de pagamento desses funcionários mediante ressarcimento mensal pela Fundação de todos os custos decorrentes. Essa remuneração está incluída em despesas de pessoal, conforme evidenciado na Nota 21.

O Presidente e os Diretores Executivos são remunerados, exclusivamente, pelo Banco do Brasil S.A., em cumprimento ao dispositivo estatutário da Fundação, portanto, sem ônus para a Fundação.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil	137	144
Maior salário	22.691,46	21.010,00
Menor salário	4.882,77	4.209,12
Salário médio	11.403,30	18.929,28

(1) O salário médio, o maior e menor salário são definidos com base nos proventos, sem incluir os encargos e benefícios concedidos a funcionários.

Funções	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Quantidade	Média Salarial ⁽¹⁾	Quantidade	Média Salarial ⁽¹⁾
Gerente de Divisão	10	38.450	12	36.374
Gerente de Equipe	4	24.203	4	22.896
Analista Sênior	42	24.309	44	22.926
Analista Pleno	42	17.395	44	16.316
Analista Júnior	24	13.325	25	12.385
Assistente	15	8.274	15	9.144
Total	137	125.956	144	120.41

(1) A média salarial é definida com base nos proventos e encargos sociais. O valor não leva em consideração rotatividade e ajustes decorrentes do acordo coletivo de trabalho

Conselho Curador

Membros Natos

Paulo Rogério Caffarelli
Asclepius Ramatiz Lopes Soares
Beny Parnes

Membros Temporários

Cláudio Bruzzi Boechat
João Pinto Rabelo Júnior
José Valdir Ribeiro dos Reis
Júlio César de Araújo Nogueira
Marcelo Cruz
Marco Alfredo Sardi
Marcos Renato Coltri

Diretoria

Presidente

Asclepius Ramatiz Lopes Soares

Diretores Executivos

Rogério Bressan Biruel
Valter Coelho de Sá

Conselho Fiscal

Rogério Valsechy Karl (Presidente)
Alexandre Carneiro Cerqueira
Luciano Nobrega Queiroga

Contadoria

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87